

Grupo Omni

**Demonstrações Financeiras
consolidadas do Conglomerado
Prudencial 30 de junho de 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial	4
Balancos patrimoniais - Conglomerado Prudencial	8
Demonstrações dos resultados - Conglomerado Prudencial	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Conglomerado Prudencial	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Conglomerado Prudencial	11
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas	12

Relatório da Administração

Srs. Acionistas

Submetemos à vossa apreciação as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, acompanhado do relatório dos auditores independentes referente ao semestre findo em 30 de junho de 2021.

O Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento é a instituição líder do Conglomerado Prudencial.

Sobre o Omni

O Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 30 de junho de 2021 o Omni - “Conglomerado Prudencial” possui ativos totais de R\$ 5,95 bilhões (R\$ 4,87 bilhões em 2020), sendo R\$ 3,76 bilhões (R\$ 3,05 bilhões em 2020) de carteira de crédito líquida composta principalmente por empréstimos e financiamentos e receitas de intermediação financeira de R\$ 0,99 bilhão (R\$ 0,71 bilhão em 2020).

O patrimônio líquido fechou em R\$ 569, milhões (R\$ 504,5 milhões em 2020), considerando o pagamento de R\$ 10,000 milhões (R\$ 2,949 milhões em 2020) de dividendos distribuídos e R\$ 9 milhões (R\$ 16,050 milhões em 2019) de juros sobre capital próprio pago no decorrer do semestre.

O patrimônio de referência ao final do semestre é em R\$ 810,9 milhões (R\$ 514,4 em 2020).

O lucro líquido do semestre é R\$ 83,6 milhões (R\$ 99,1 milhões em 2020).

São Paulo, 25 de agosto de 2021.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores do

Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (Instituição Líder do
Conglomerado Prudencial)

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa n.º 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e às entidades incluídas no Conglomerado Prudencial, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da Instituição para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

A Instituição elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 25 de agosto de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e entidades incluídas no Conglomerado Prudencial ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

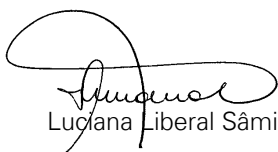
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Luciana Liberal Sâmia

Contadora CRC 1SP198502/O-8

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Balanços patrimoniais - Conglomerado Prudencial

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	30/06/2021	31/12/2020	Passivo	Nota Explicativa	30/06/2021	31/12/2020
Disponibilidades	4	996.134	898.100	Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos	12	4.555.555	3.766.125
Instrumentos financeiros		4.688.496	3.821.426	Instituições financeiras		20.041	22.107
Títulos e valores mobiliários	5.a	385.432	232.804	Depósitos a prazo		3.321.372	2.642.137
Relações Interfinanceiras		45.066	17.945	Recursos e aceites cambiais		63.879	65.496
Operações de créditos	7	4.257.998	3.570.677	Relações Interfinanceiras.		1.296	-
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.d	(482.187)	(519.978)	Letras financeiras		573.702	445.327
Operações de arrendamento mercantil		15.573	19.207	Letras financeiras LTEL - LFG		201.158	200.059
Operação de arrendamento - setor privado	8	18.003	23.170	Dívidas subordinadas		323.981	315.853
(-) Provisão para perdas esperadas associadas a operação de arrendamento mercantil	8.e	(2.430)	(3.963)	Outros passivos instrumentos financeiros		50.126	75.146
Créditos tributários	15.b	389.919	378.637	Provisões	14	71.199	70.665
Outros Ativos	9	321.798	235.907	Contingências		71.199	70.665
Investimentos em participações em Controladas e Coligadas	10	28.139	27.055	Outros passivos		756.381	513.564
Imobilizado de uso		13.028	11.689	Contas a pagar - Operações Cartões	13.b	539.356	434.354
(-) Depreciações		(7.494)	(6.853)	Fiscais e Previdenciários	13.a	18.143	18.794
Intangível	11	38.950	38.950	Outros passivos	13.b	198.882	60.416
(-) Amortizações		(38.271)	(38.173)	Obrigações fiscais diferidas		4.477	4.449
				Resultados de Exercícios Futuros		7.427	6.648
				Patrimônio líquido		569.046	504.516
				Capital social	17	300.000	300.000
				Reservas de lucros		268.721	204.183
				Outros resultados abrangentes		(158)	(151)
				Patrimônio Líquido Atribuído aos Acionistas Controladores		568.563	504.032
				Participação de não controlador		483	484
Total do ativo		5.964.085	4.865.967	Total do passivo		5.964.085	4.865.967

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstrações dos resultados - Conglomerado Prudencial

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota Explicativa	30/06/2021	30/06/2020
Receitas da intermediação financeira		1.012.891	730.454
Operações de crédito	7.f	992.690	713.082
Operações de arrendamento mercantil	8.f	2.534	3.240
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.c	17.355	11.503
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	312	2.629
Despesas da intermediação financeira		(477.845)	(298.492)
Operações de captação no mercado	12.b	(112.048)	(89.975)
Operações de Empréstimos e Repasses		(1.627)	(3.060)
Desconto Concedido		(364.170)	(205.457)
Resultado bruto da intermediação financeira		535.046	431.962
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.g	(157.501)	(196.209)
Outras receitas operacionais		163.773	121.717
Receitas de prestação de serviços	18.a	112.146	84.475
Resultado de participações em controladas	11	16.585	11.936
Outras receitas operacionais	18.b	35.042	25.306
Outras despesas operacionais		(461.798)	(367.673)
Despesas de pessoal	19.a	(50.759)	(36.219)
Despesas com Serviços de terceiros	19.b	(198.719)	(142.448)
Outras despesas administrativas	19.c	(124.369)	(101.336)
Despesas tributárias	19.d	(35.245)	(30.841)
Outras despesas operacionais	19.e	(52.706)	(56.829)
Despesas de provisões		(613)	(779)
Provisões para Contingências		(534)	(673)
Outras Provisões		(79)	(106)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação dos minoritários		78.907	(10.982)
Imposto de renda e contribuição social		4.681	110.361
Provisão para imposto de renda		(4.072)	(1.326)
Provisão para contribuição social		(2.493)	(951)
Ativo fiscal diferido		11.246	112.638
Participação de Não controladores		1	(264)
Lucro líquido do semestre		83.589	99.115
Resultado atribuído para:			
Controlador		83.590	98.851
Não controlador		(1)	264
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		0,39	0,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento - Conglomerado Prudencial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Nota	Atribuível aos acionistas controladores							Participação de Não Controladores	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	164.088	16.816	165.085	(108)	-	345.881	236	346.117	
Aumento do Capital Social com Reservas	135.912	-	(135.912)	-	-	-	-	-	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(63)	-	(63)	-	(63)	
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	99.115	99.115	-	99.115	
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	-	4.956	-	-	(4.956)	-	-	-	
Reserva de Lucros	-	-	94.159	-	(94.159)	-	-	-	
Juros sobre capital próprio	15.c	-	(5.808)	-	-	(5.808)	-	(5.808)	
Dividendos	15.c	-	(2.949)	-	-	(2.949)	-	(2.949)	
Resultado de Não Controlador	-	-	-	-	-	-	264	264	
Saldos em 30 de junho de 2020	300.000	21.772	114.575	(171)	-	436.176	500	436.676	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	300.000	25.676	178.507	(151)	-	504.032	484	504.516	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(7)	-	(7)	-	(7)	
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	83.589	83.589	-	83.589	
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal	-	4.179	-	-	(4.179)	-	-	-	
Reserva de Lucros	-	-	79.410	-	(79.410)	-	-	-	
Juros sobre capital próprio	15.c	-	(9.051)	-	-	(9.051)	-	(9.051)	
Dividendos	15.c	-	(10.000)	-	-	(10.000)	-	(10.000)	
Participação de Não controladores	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)	
Saldos em 30 de junho de 2021	300.000	29.855	238.866	(158)	-	568.563	483	569.046	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido	83.589	99.115
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	157.501	196.209
(+/-) Ajuste a Valor de Mercado para Financiamentos Objeto De Hedge	5.198	6.677
Depreciação	3.138	2.232
Amortização Intangível	98	2.382
Amortização de Carteiras Adquiridas	24.022	32.213
Outras Provisões	79	106
Provisão de passivos contingentes	534	673
Provisão para perdas em outros valores e bens	(29)	68
Resultado de participação em controladas	(16.586)	(11.672)
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.565	2.277
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(11.246)	(112.638)
Lucro líquido ajustado	252.863	217.642
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	(1.173.930)	(220.510)
Títulos e valores mobiliários	(152.636)	(89.278)
Outros resultados abrangentes	7	63
Relações interfinanceiras	(27.121)	(8.689)
Operações de crédito	(887.889)	(113.020)
Operações de arrendamento	3.635	5.763
Outros ativos	(109.926)	(15.349)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	1.021.488	269.822
Depósitos	668.953	158.861
Obrigações por operações compromissadas	8.216	(2.599)
Recursos de aceites cambiais	127.857	44.090
Obrigações por empréstimos e repasses	(23.724)	149
Letras Financeiras e dívidas subordinadas	8.128	5.499
Outros passivos	231.279	63.187
Resultado de exercícios futuros	779	635
Caixa líquido gerados pelas atividades operacionais	100.421	266.954
Atividades de investimento		
Aumento das participações em coligadas e controladas	15.502	6.696
Aquisição de ativo imobilizado	(3.837)	(2.511)
Aquisição de intangível	(1)	(1.863)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	11.664	2.322
Dividendos pagos e ou creditados	(5.000)	(2.948)
Juros sobre capital próprio pagos	(9.051)	(5.808)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(14.051)	(8.756)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	98.034	260.520
No início do semestre	898.100	377.283
No fim do semestre	996.134	637.803
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	98.034	260.520
	-	-

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Consolidadas
(Em milhares de reais)**

1 Contexto operacional

O Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Omni ou Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento.

O Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento é a instituição líder do Conglomerado Prudencial.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

As demonstrações financeiras consolidadas - conglomerado prudencial foram elaboradas pela Administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN). Dessa forma, foram observados requisitos específicos na consolidação e/ou combinação das entidades discriminadas na referida Resolução no 4.280/13 determinados pelo CMN e Bacen, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária e pelo próprio CMN ou Bacen para outros tipos de consolidação. Neste sentido, o Conglomerado Prudencial abrange as Demonstrações Financeiras do Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, empresas controladas e fundos de investimentos, conforme requerido na Resolução no 4.280/13.

Para a elaboração dessas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial, foram eliminados saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas, eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas, bem como foi destacada a participação referente aos acionistas minoritários.

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução nº 4.280/13 do CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

O art. 1º da Resolução nº 4.280/13, do CMN determina que na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem incluir os dados relativos às entidades localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto, discriminadas a seguir:

- (i) Instituições financeiras;
- (ii) Demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- (iii) Administradoras de consórcios;

- (iv) Instituições de pagamento;
- (v) Sociedades das quais realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e
- (vi) Outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V.

Assim, as Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial compreendem as seguintes entidades:

Empresas	Atividade	2021			
		% Participação	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido
Instituições Financeiras			8.048.573	874.986	102.469
Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Financeira	Controlador	4.125.780	568.564	83.590
Omni S.A. Arrendamento Mercantil	Arrendamento	99,99%	17.952	8.940	(4.913)
Omni Banco S.A.	Banco	100,00%	3.904.841	297.482	23.792
Securitizadora			15.837	14.911	3.488
Multibens Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora	-	518	482	(1)
Omni Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora	99,99%	15.319	14.429	3.489
Total Conglomerado Prudencial			8.064.410	889.897	105.957
Saldo de Eliminações			(2.100.326)	(320.851)	(22.368)
Saldo Consolidado			5.964.084	569.046	83.589
2020					
Empresas	Atividade	% Participação	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) Líquido
Instituições Financeiras			7.148.320	791.596	306.577
Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Financeira	Controlador	3.819.799	504.033	177.194
Omni S.A. Arrendamento Mercantil	Arrendamento	99,99%	33.194	13.853	(682)
Omni Banco S.A.	Banco	100,00%	3.295.327	273.710	130.065
Securitizadora			13.916	11.423	(967)
Multibens Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora	-	568	483	402
Omni Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora	99,99%	13.348	10.940	(1.369)
Total Conglomerado Prudencial			7.162.236	803.019	305.610
Saldo de Eliminações			(2.296.269)	(298.503)	(128.417)
Saldo Consolidado			4.865.967	504.516	177.193

Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras:

As alterações advindas das Resoluções CMN n. 4.818/2020 e BCB n.º 2 foram incluídas nas Demonstrações Financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). Desta forma, a Instituição atende aos requerimentos das respectivas Resoluções, onde destacamos que as principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário); os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente; e a apresentação de resultados recorrentes e não recorrentes.

A Demonstração do Resultado Abrangente não está sendo apresentada em virtude de o Conglomerado Prudencial ser um consolidado para fins específicos.

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram aprovadas em 25 de agosto de 2021.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras das Instituições que compõem o Conglomerado são apresentadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que as Instituições operam.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que apresentem risco insignificante de mudança de valor.

d) Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive os derivativos e créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Omni revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

e) Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais, pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

f) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

g) Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

- (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.
- (ii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
- (iii) **Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

h) Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos forem destinados a “hedge”, com prazos e taxas iguais ao da operação objeto de “hedge”, são contabilizados pelo valor de curva dos contratos, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado conforme Circular nº 3.150/02 do BACEN.

O montante de diferenciais a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “pro rata” dia até a data do balanço.

A avaliação das operações de Futuro é efetuada com base no valor de mercado e seu ajuste é registrado no resultado do período.

i) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A Administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. Com o objetivo de atenuar impactos da COVID-19 na economia, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.791/2020, flexibilizou de forma temporária a caracterização de um ativo problemático permitindo que situações de (i) incapacidade financeira da contraparte para honra da obrigação nas condições pactuadas e (ii) reestruturação da operação relativa à exposição, deixem de ser consideradas indicativos de que uma obrigação não será integralmente honrada. Essa flexibilização é válida para reestruturações de operações de crédito realizadas até 30 de setembro de 2020.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são calculadas de acordo com a classificação das operações mantidas na carteira da companhia em um dos nove diferentes níveis de risco (de AA a H). O aumento da provisão ocorre pela contabilização de novas provisões. As regras do Conselho Monetário Nacional (CMN) determinam a provisão mínima para cada nível de classificação, de 0% (para casos de operações que não se encontram em atraso) até 100% (para operações com mais de 180 dias em atraso).

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

j) Operações de arrendamento mercantil

As operações de arrendamento mercantil financeiro são apresentadas pelos seguintes saldos:

I - valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato; e

II - provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

No cálculo do valor presente é utilizada a taxa equivalente aos encargos financeiros previstos no contrato na data da contratação, incluindo o valor residual garantido.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de:

- (i) Não cancelamento;
- (ii) Opção de compra; e
- (iii) Atualização prefixada e são contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG): registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/ insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de arrendamento mercantil

A provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foi calculada em atendimento ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (máximo).

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da

renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. Com o objetivo de atenuar impactos da COVID-19 na economia, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.791/2020, flexibilizou de forma temporária a caracterização de um ativo problemático permitindo que situações de (i) incapacidade financeira da contraparte para honra da obrigação nas condições pactuadas e (ii) reestruturação da operação relativa à exposição, deixem de ser consideradas indicativos de que uma obrigação não será integralmente honrada. Essa flexibilização é válida para reestruturações de operações de crédito realizadas até 30 de setembro de 2020.

k) Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessões de crédito

As cessões foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08, que trata das operações de créditos cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de créditos, deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato.

Os ajustes decorrentes da reversão da provisão para perdas associadas ao risco de crédito registrada na carteira dos fundos são contabilizados na rubrica de “Outros Ativos” e os ajustes decorrentes da sensibilização do atraso das operações em comum entre os Fundos e a Instituição são contabilizados na rubrica de “Outros passivos”.

l) Outros ativos

Bens não de uso

Correspondentes a bens móveis disponíveis para a venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não performados. São ajustados a valor de mercado através de constituição de provisão de acordo com as normas vigentes.

Despesas antecipadas

As despesas com comissões de intermediação de operações de crédito originadas até 01 de janeiro de 2015 são apropriadas de acordo com a resolução pelo prazo da fluência dos respectivos contratos. Nos casos de liquidação antecipada, baixa para prejuízo ou cessão sem retenção substancial de risco das operações de crédito que originaram as comissões, o montante da despesa antecipada relacionada a essas operações é reconhecida integralmente no resultado.

m) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

n) Imobilizado

A Resolução nº 4.535 de 24 de novembro de 2016 dispõe sobre os critérios de reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.

Registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos

o) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A Resolução CMN nº 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos, e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período. Não foram identificadas perdas por impairment em 30 de junho de 2021 e 2020.

p) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Empresa. São registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização calculada pelo método linear e com base nos prazos estimados de recuperação.

O ágio representa o excesso do total da contraprestação paga sobre a diferença entre o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de obtenção do controle da empresa adquirida.

O ágio é capitalizado como um ativo intangível, sendo que qualquer impairment do seu valor contábil é reconhecido na demonstração de resultado.

q) Passivos

Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata” dia.

Demais passivos

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do período.

Provisões

Os passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.

- **Passivos Contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião da administração e dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em nota explicativa.
- **Obrigações legais** - São reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil. A medida provisória 1.034/2021, transformada em lei em 14 de julho de 2021 majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável as instituições financeiras e assemelhadas para 25% (Bancos) e 20% (demais instituições) durante o período de julho de 2021 até dezembro de 2021.

s) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de Dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deva atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

t) Resultados recorrentes / não recorrentes

Consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social.

Para fins do disposto na Resolução BCB nº 2/20, considera-se resultado não recorrente o resultado não relacionado ou relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os principais resultados não recorrentes estão apresentados a seguir:

	2021	2020
Resultado não recorrente do período ⁽¹⁾	11.256	-
Resultado recorrente do período	72.333	99.115

⁽¹⁾ Efeito de majoração da alíquota no crédito tributário da contribuição social

4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas do Conglomerado Prudencial estão constituídos por:

<u>2021</u>	<u>2020</u>
-------------	-------------

Descrição	Valor	Valor
Saldos no Início do Período	377.283	377.283
Disponibilidades	5.134	7.412
Em moeda Nacional	5.022	6.959
Em moeda Estrangeira	112	453
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	991.000	890.688
No mercado aberto	991.000	890.688
Total de Caixa e Equivalentes a Caixa	996.134	898.100

Aplicações com prazos de vencimentos variados são resgatáveis a qualquer momento, e utilizadas para gestão de caixa.

Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias, liquidez imediata ou apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5 Títulos e valores mobiliários

a) Composição dos títulos e valores mobiliários

Descrição	2020	2020
	Valor	Valor
Disponível para negociação		
Carteira Própria	224.544	106.858
Títulos de Renda Fixa	218.158	103.799
Cotas de Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	6.386	3.059
Disponível para a venda		
Carteira Própria	58.912	46.680
Títulos de Renda Fixa	38.269	33.716
Cotas de Fundo de Investimento	20.643	12.964
Vinculados a Prestação de Garantias	69.329	60.312
Títulos Dados em Garantia em Operações em Bolsas	981	960
Títulos Dados em Garantias - Op. de Cartão ⁽²⁾	68.348	59.352
Vinculados ao Banco Central	32.647	18.954
Títulos disponíveis para venda	32.647	18.954
Total	385.432	232.804

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2021 as quotas de fundos de investimento e os títulos públicos federais estavam registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e na Instituição emissora dos títulos de capitalização, respectivamente.

⁽²⁾ Referem-se a garantias oferecidas aos Adquirentes para garantir a liquidação das obrigações futuras com estabelecimentos comerciais disponíveis para venda.

b) Composição por vencimento

Descrição	2021			2020		
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor Contábil	Valor Mercado	Valor Contábil
Carteira Própria	138.683	25.153	127.836	291.672	291.672	153.538
Vinculados a Prestação de Garantias	-	60.132	981	61.113	61.113	60.312
Vinculados ao Banco Central	32.647	-	-	32.647	32.647	18.954
Total	171.330	85.285	128.817	385.432	385.432	232.804

c) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
	Valor	Valor
Rendas de aplicação s/ títulos de renda fixa e vinculados a garantia	16.520	10.426
Rendas de aplicação s/ cotas de fundos de investimentos	1.903	1.209
Rendas/(prejuízo) s/ outras formas de aplicação	(1.068)	(132)
Total	17.355	11.503

6 Instrumentos financeiros derivativos

O Omni se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para proteger parte das suas exposições aos riscos de taxas de juros, variação cambial e crédito.

a) Hedge de risco de mercado – operações de DI Futuro

Os instrumentos designados para proteção à parte da exposição ao risco de taxa de juros são contratos futuros da taxa média de Depósitos Interfinanceiros de um dia (DI) negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão.

Descrição	2021		2020	
	Valor de principal	Ajustes	Valor de principal	Ajustes
	Posição vendida	Ajuste Diário	Posição vendida	Ajuste Diário
DI	24.442	-	137.415	(4)

Os contratos futuros são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente nas demonstrações de resultado do Omni S/A. Crédito, Financiamento e Investimento.

b) Hedge Contábil

O ganho ou a perda decorrente da variação do valor justo do objeto do hedge referente à exposição ao risco de taxa de juros é registrado no resultado do período, de forma a se contrapor com a perda ou o ganho registrado dos contratos futuros de DI.

Estratégias/ Risco	Objeto de Hedge					Instrumento de Hedge	
	Posição mercado	Saldo Acumulado MtM	Marcação a mercado	Amortização*	Resultado	Derivativo	Posição mercado
Hedge de Operações de Crédito/ Valor Justo / Taxa Pré Fixada	23.901	1.304	(201)	(4.997)	(5.198)	Futuro DI - Posição Vendida	24.442
						Futuro DI - Posição Comprada	-

* O valor contabilizado no ativo é amortizado ao resultado pelo método linear a partir da data do seu reconhecimento, levando-se em conta o prazo médio da exposição protegida.

c) Análise de Sensibilidade

Operação	Risco	Posição mercado	Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Deterioração 1%	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Objeto de Hedge (Operações de Crédito - Taxa Pré fixada)	Alta do CDI	23.901	(5)	(121)	(239)
Instrumento de Hedge (Futuro DI - Posição Vendida)		24.442	5	133	263

d) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Os valores de receitas e despesas líquidas, registradas nos semestres estão demonstrados a seguir:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
	Valor	Valor
Contratos Futuros DI	312	2.629
Total	312	2.629

Os contratos futuros de DOL e DI são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizadas reconhecidas diretamente nas demonstrações de resultado do Omni S/A. Crédito, Financiamento e Investimento.

e) Instrumentos financeiros derivativos – Margens dadas em garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 981 em 2021 (R\$ 960 em 2020) – Nota explicativa 5.a.

7 Operações de crédito

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

a) Composição por tipo de operações de créditos:

Tipo de Operação de Crédito	2021	2020
	Valor	Valor
Financiamentos - Setor Privado	2.831.224	2.501.990
Empréstimos - Setor Privado	492.312	364.131
Outros Empréstimos - Cartão de Crédito	403.378	285.095
(+/-) Ajuste A Valor De Mercado Para Financiamentos Objeto De Hedge	1.304	6.502
Cheque Especial	3.508	-
Títulos e Créditos a Receber - Nota 10	526.272	412.959
Total da Carteira	4.257.998	3.570.677
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(482.187)	(519.978)
Total Carteira Líquida	3.775.811	3.050.699

b) Composição da carteira por tipo de cliente e atividade econômica:

Classificação	2021	2020
	Valor	Valor
Indústria	13.123	-
Comércio	67.792	22.660
Pessoas Físicas	4.039.515	3.440.940
Pessoas Jurídicas	112.712	77.903
Outros Serviços	24.856	29.174
Total da Carteira	4.257.998	3.570.677

c) Composição da carteira por vencimento, considerando as parcelas dos contratos:

	2021	2020
	Valor	Valor
Acima de 15 dias	495.670	458.684
A vencer até 90 dias	1.106.889	880.365
A vencer de 91 dias a 365 dias	1.333.069	1.136.098
A vencer de 366 dias a 1.825	1.322.370	1.095.530
Total da Carteira	4.257.998	3.570.677

d) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco:

2021					
Classificação de Risco	Empréstimos e Financiamentos	(+/-) Ajuste A Valor De Mercado Para Financiamentos Objeto De Hedge ⁽¹⁾	Total da Carteira	% Risco	Provisão
AA	3.945	-	3.945	-	-
A	726.308	-	726.308	0,5%	(3.632)
B	1.629.771	-	1.629.771	1%	(16.298)
C	971.385	-	971.385	3%	(29.142)
D	402.712	-	402.712	10%	(40.271)
E	100.306	-	100.306	30%	(30.092)
F	82.706	-	82.706	50%	(41.352)
G	60.537	-	60.537	70%	(42.376)
H	279.024	-	279.024	100%	(279.024)
Sem classificação (1)	-	1.304	1.304	-	-
Total	4.256.694	1.304	4.257.998		(482.187)

2020					
Classificação de Risco	Operações de créditos	(+/-) Ajuste A Valor De Mercado Para Financiamentos Objeto De Hedge ⁽¹⁾	Total da Carteira	% Risco	Provisão
AA	1.376	-	1.376	-	-
A	720.799	-	720.799	0,5%	(3.604)
B	1.309.203	-	1.309.203	1%	(13.092)
C	614.574	-	614.574	3%	(18.437)
D	371.653	-	371.653	10%	(37.165)
E	81.737	-	81.737	30%	(24.521)
F	56.701	-	56.701	50%	(28.351)
G	44.414	-	44.414	70%	(31.090)
H	363.718	-	363.718	100%	(363.718)
Sem classificação (1)	-	6.502	6.502	-	-
Total	3.564.175	6.502	3.570.677		(519.978)

⁽¹⁾ O ajuste de valor a mercado no montante de R\$ 1.304 (R\$ 6.502 em Dez/2020) refere-se à operação objeto de Hedge conforme nota explicativa 6.b.

Abaixo segregação das carteiras de crédito adquiridas as quais já estão contempladas no quadro anterior.

2021			
Classificação de Risco	Empréstimos e Financiamentos adquiridos	% Risco	Provisão
H	36.447	100%	36.447
Total	36.447		36.447

2020			
Classificação de Risco	Empréstimos e Financiamentos adquiridos	% Risco	Provisão

H	50.176	100%	50.176
Total	50.176		50.176

e) Aquisição de carteiras

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021 houve aquisições de operações de crédito no valor de R\$ 999.005 mil, as quais não transitaram em resultado.

O quadro abaixo demonstra o saldo de custo de aquisição de carteiras e amortização.

	2021
Descrição	Amortização custo
Saldo no início do exercício	92.755
(+) Novas aquisições	99.841
(-) Realização/amortização	(22.568)
Total	170.028

	2020
Descrição	Amortização custo
Saldo no início do exercício	146.764
(+) Novas aquisições	10.218
(-) Realização/amortização	(64.227)
Total	92.755

f) Resultado das operações de crédito

Descrição	2021	2020
	Valor	Valor
Rendas de empréstimos	116.868	84.460
Rendas de financiamentos	504.174	468.708
(+/-) Ajuste a valor de mercado para financiamentos objeto de Hedge	(5.198)	(6.677)
Resultado na cessão de operações de crédito	-	(2.661)
Resultado na securitização de crédito ⁽²⁾	-	(37.190)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo ⁽¹⁾	376.846	206.442
Total	992.690	713.082

⁽¹⁾ O resultado dessas recuperações refere-se principalmente ao recebimento das carteiras adquiridas

⁽²⁾ A Pagbem realiza cessões diárias de recebíveis originados por transportadoras e embarcadores, com o objetivo de reduzir o prazo entre a geração do crédito e o recebimento do recurso no caixa da Empresa "prazo friccional". A participação na empresa Pagbem foi alienada no 2º semestre de 2020.

g) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2021	2020
Saldos no início do semestre/exercício	(523.941)	(484.386)
Associadas ao Risco de Crédito	(519.978)	(482.303)
Associadas a Operação de Arrendamento Mercantil	(3.963)	(2.083)
Renegociação de carteira de crédito - não transitada no resultado ⁽¹⁾	(15.148)	(90.347)
A - (Constituição)	(157.501)	(307.136)
(Constituição) - Adquiridas	-	(42.814)
Valores baixados para prejuízo	211.973	400.742
Saldos no fim do semestre/exercício	(484.617)	(523.941)
Associadas ao Risco de Crédito	(482.187)	(519.978)
Associadas a Operação de Arrendamento Mercantil	(2.430)	(3.963)
Saldo da constituição líquida de reversão transitada no resultado - (A)	(157.501)	(307.136)
B - (+) Constituição de provisões registradas em outras rubricas	-	-
Saldo da constituição líquida de reversão transitada no resultado - (A+B+C)	(157.501)	(307.136)

⁽¹⁾ Em fevereiro de 2019 o Omni adotou a renegociação de carteira de crédito em prejuízo conforme Art.º 8 da Resolução 2.682 do CMN, representando um montante de R\$ 15.148 (R\$ 90.347 em Dez/2020).

As operações originadas em renegociação representaram o montante de R\$ 373.722 (R\$ 712.953 em Dez/2020) do valor contábil da carteira de crédito.

Foram recuperados no semestre créditos anteriormente baixados contra a provisão, no montante de R\$ 382.438 (R\$ 608.087 em Dez/2020).

8 Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores em atendimento às normas do Banco Central do Brasil são apresentados em diversas contas patrimoniais as quais são resumidas como segue:

a) Composição da carteira de arrendamento:

	2021	2020
Arrendamento a receber - setor privado	7.642	9.630
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(7.491)	(9.452)
Veículos e afins	119	121
Máquinas e equipamentos	47.154	53.384
Subtotal	47.424	53.683
Superveniência de depreciação	11.375	11.472
Depreciação acumulada	(8.949)	(8.612)
Subtotal	2.426	2.860
Arrendamento financeiro	49.850	56.543
Credores por antecipação de valor residual - VRG	(31.847)	(33.373)
Valor presente da carteira de arrendamento mercantil	18.003	23.170

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída com base no valor presente dos contratos de arrendamento mercantil de acordo com a Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

b) Composição da carteira de arrendamento por tipo de cliente e atividade econômica:

	2021	2020
--	-------------	-------------

Comércio	5.733	7.092
Serviços	5.702	6.927
Pessoas Físicas	2.393	3.356
Outros	919	1.194
Indústria	3.256	4.601
Total	18.003	23.170

c) Composição da carteira de arrendamento por vencimento:

	2021	2020
Vencidos a partir de 15 dias	1.410	1.948
A vencer até 90 dias	3.526	4.281
A vencer de 3 meses a 1 ano	7.523	9.000
A vencer de 1 a 5 anos	5.544	7.941
Total	18.003	23.170

A diversificação por prazo é efetuada com base nos vencimentos das parcelas dos contratos ativos.

d) Classificação da carteira de arrendamento por níveis de risco:

Nível de risco	2021		
	Base de cálculo	% Provisão	Provisão
A	5.562	0,5%	28
B	4.561	1,0%	46
C	3.777	3,0%	113
D	1.403	10,0%	140
E	464	30,0%	139
F	248	50,0%	124
G	495	70,0%	347
H	1.493	100,0%	1.493
	18.003		2.430

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de arrendamento mercantil

O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de arrendamento mercantil, como requerido pela Resolução CMN nº 2682/99 em 31 de dezembro de 2020, estavam assim distribuídos:

	2021	2020
Saldo Inicial	(3.963)	(2.083)
Renegociação de Contratos	(156)	(62)
Constituição	(1.136)	(3.858)
Reversão	1.689	-
Baixados para prejuízo	1.136	2.040
Saldo final	(2.430)	(3.963)

f) Resultado de operações de Arrendamento Mercantil

	2021	2020
Rendas de arrendamento financeiro - recursos internos	2.919	3.436
Rendas de superveniência/insuficiência de arrendamento	(111)	1.354
Lucros na alienação de bens arrendados	1.769	1.544
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	343	16
Despesas de arrendamento mercantil	(2.386)	(3.110)
Total	2.534	3.240

9 Outros ativos

Descrição	2021	2020
	Total	Total
Custo de aquisição de carteira de créditos ⁽¹⁾	170.029	92.755
Devedores diversos - país	45.359	38.501
Devedores por depósitos em garantia ⁽²⁾	55.493	53.284
Impostos e contribuições a compensar ⁽³⁾	12.774	15.002
Rendas a receber	2.209	3.083
Despesas Antecipadas ⁽⁵⁾	34.689	31.931
Outros valores e bens ⁽⁴⁾	1.245	1.351
Total	321.798	235.907

⁽¹⁾ Composto pelo saldo remanescente do valor pago na aquisição das carteiras de créditos, que serão realizados de acordo com a expectativa de recebimento dos créditos - Nota explicativa 7.e.

⁽²⁾ Depósitos bancários ao poder judiciário para garantia em ações judiciais.

⁽³⁾ Representados por impostos e contribuições antecipados para compensação futura.

⁽⁴⁾ Correspondentes a veículos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento. São ajustados a valor de mercado, de acordo com as normas vigentes. Em 31 de dezembro de 2020 seus saldos totalizavam R\$ 1.351, líquidos de provisões para desvalorização (R\$ 1.070 em 2019). Representados por impostos e contribuições antecipados para compensação futura.

⁽⁵⁾ As despesas antecipadas referem-se substancialmente a comissão sobre colocação de CDB R\$ 27.116 em 2020 (R\$ 27.603 em 2019).

10 Investimentos

Descrição	2021				
	Investidas				
	Agility Gestão e Cobrança Ltda.	Omni Informática Ltda.	Certa - Central de Registro de Títulos e Ativos	Participação minoritária nas controladas	Total Investimento
Saldo em 31.12.2020	20.382	5.554	1.119	-	27.055
Patrimônio líquido da investida	22.718	6.199	14.028	-	42.945
Resultado do semestre da investida	17.719	640	-	-	18.359
Distribuição de dividendos	(15.883)	-	-	-	(15.883)
Percentual de participação	89,99%	99,99%	3,97%	0,00%	-
Aumento de capital	-	-	382	-	382
Equivalência patrimonial	-	-	-	(1)	(1)
Participação minoritária ajustada no PL	15.945	640	-	1	16.586
Saldo em 31.12.2020	20.444	6.194	1.501	-	28.139
	2020				
Descrição	Investidas				

	Agility Gestão e Cobrança Ltda.	Omni Informática Ltda.	Certa - Central de Registro de Títulos e Ativos	Participação minoritária nas controladas	Total Investimento	Pagbem Serviços Financeiros e de Logística Ltda	Total Equivalência
Saldo em 31.12.2019	4.509	2.727	558	-	7.794	-	
Patrimônio líquido da investida	22.649	5.554	14.029	-	42.232	-	-
Resultado do semestre da investida	25.638	2.827	-	-	28.465	-	-
Distribuição de dividendos	(7.199)	-	-	-	(7.199)	-	-
Percentual de participação	89,99%	99,99%	3,97%	0,00%	-	0,00%	-
Aumento de capital	-	-	561	-	561	-	-
Equivalência patrimonial ¹	23.072	2.827	-	(255)	25.644	(1.393)	24.251
Participação minoritária ajustada no PL	-	-	-	255	255	-	255
Saldo em 31.12.2020	20.382	5.554	1.119	-	27.055	(1.393)	24.506

¹ As ações da Pagbem, antes eliminadas para efeitos do Balanço Consolidado, foram alienadas no segundo semestre de 2020

Em 30 de abril de 2019, o OMNI Banco S.A. adquiriu participação de 92% do Capital Social da empresa Pagbem Serviços Financeiros e de Logística Ltda. A empresa tem por objeto social, dentre outros, a administração de meio eletrônico de pagamento, conforme estabelecido na Lei nº 12.865/13, que dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento. Em dezembro de 2020, o OMNI Banco S.A. alienou a totalidade de sua participação acionária na empresa Pagbem Serviços Financeiros e de Logística Ltda.

11 Intangível

a) Composição do Intangível

Descrição	2021	2020
	Valor	Valor
	38.950	38.950
Ágio na aquisição de investimento	37.964	37.964
Softwares	986	986
Softwares em desenvolvimento	-	-
Amortizações	(38.271)	(38.173)
Amortizações acumuladas	(38.271)	(38.173)
Total	679	777

12 Depósitos, captações no mercado aberto, obrigações por empréstimos e repasses

a) Composição por vencimento dos depósitos

Descrição	2021							Total	2020
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos		
Depósitos à vista	48.361	-	-	-	-	-	-	48.361	45.490
Depósitos interfinanceiros ⁽¹⁾	-	-	41	-	20.000	-	-	20.041	22.107
Depósitos a prazo ⁽²⁾	-	258.197	482.845	2.168.634	223.361	69.934	1.064	3.204.035	2.568.289
Recursos de aceites cambiais - Letras de câmbio (LC)	-	8.514	27.481	3.423	4	21.333	3.124	63.879	65.496
Relações interfinanceiras	-	1.296	-	-	-	-	-	1.296	-
Letras financeiras	-	-	83.453	490.249	-	-	-	573.702	445.327
Letras financeiras Ltel - Lfg	-	-	201.158	-	-	-	-	201.158	200.059
Letras financeiras subordinadas ⁽³⁾	-	-	-	-	27.935	-	296.046	323.981	315.852
Empréstimos no exterior ⁽⁴⁾	-	-	-	50.126	-	-	-	50.126	75.147
Contas de pagamento pré - paga	68.976	-	-	-	-	-	-	68.976	28.358
Total	117.337	268.007	794.978	2.712.432	271.300	91.267	300.234	4.555.555	3.766.125

(1) Os depósitos interfinanceiros junto ao Omni Banco são atualizados a uma taxa que varia entre 100% do CDI e 100% do CDI mais 3% ao ano.

(2) Depósitos a prazo e os recursos de aceites cambiais são atualizados a uma taxa que varia entre 100% a 148% do CDI ao ano.

(3) Letras financeiras subordinadas são atualizadas a 136% do CDI ou taxa Selic + 5% ao ano.

(4) Refere-se a captação de recursos junto ao Inter-American Development Bank (BID Invest) em junho de 2019 atualizada a uma taxa de 100% do CDI mais 2,1% ao ano.

b) Despesas com operações de captação do mercado

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
	Valor	Valor
Recursos de aceites cambiais	(2.449)	(7.340)
Depósitos a prazo	(93.203)	(68.937)
Depósitos interfinanceiros	(192)	(385)
Despesas de operações compromissadas	(40)	(27)
Despesas com letras financeiras	(13.635)	(11.825)
Outras despesas de captação	(2.529)	(1.461)
Total	(112.048)	(89.975)

13 Outros passivos

a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	2021	2020
	Total	Total
Imposto de renda e contribuição social	6.565	8.157
Contribuição para o COFINS	4.544	3.959
Impostos e contribuições serviços de terceiros	1.253	1.364
Impostos e contribuições sobre salários	2.638	2.237
Imposto Sobre Serviços - ISS	2.274	1.990
Programa de Integração Social - PIS	738	643
Outros	131	444
Total	18.143	18.794

b) Diversas

Descrição	2021	2020
	Total	Total
Contas a pagar Bandeira - Private Label e Visa ⁽¹⁾	539.356	434.354
Outras obrigações ⁽²⁾	149.002	31.672
Comissões a pagar ⁽³⁾	28.286	15.169
Outras contas a pagar	21.594	13.575
Total	738.238	494.770

(1) Contas a pagar - Bandeiras estão representadas por valores a repassar a bandeira Visa e aos estabelecimentos que possuem os cartões "private-label", referente a compras efetuadas com o cartão de crédito.

(2) Composto, substancialmente por seguros a repassar no montante de R\$ 9.400 (R\$8.272 em 2020), R\$ 15.267 (R\$12.098 em 2020) referente a obrigações de folha de pagamento e R\$8.474 (R\$ 5.117 em 2020) de operações pendente de liberação.

(3) As comissões a pagar estão representadas pelos valores devidos aos correspondentes bancários credenciados pela Instituição.

14 Provisões

a) Composição das provisões

A Instituição é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em Remota, Possível e Provável, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda.

O quadro abaixo demonstra a movimentação das provisões:

2021				
Descrição	Saldo em 31/12/2020	Constituição	(Reversão)	Saldo em 30/06/2021
Ações trabalhistas e cíveis ⁽¹⁾	28.676	7.200	(7.027)	28.849
Ações fiscais	41.989	361	-	42.350
Total	70.665	7.561	(7.027)	71.199
2020				
Descrição	Saldo em 31/12/2019	Constituição	(Reversão)	Saldo em 31/12/2020
Ações trabalhistas e cíveis ⁽¹⁾	30.051	14.941	(16.316)	28.676
Ações fiscais	41.369	620	-	41.989
Total	71.420	15.561	(16.316)	70.665

(1) Refere-se à provisão para perdas com ações judiciais de natureza cível e trabalhista movidas contra a Instituição. A provisão é apurada com base no valor estimado de perda de realização das causas de acordo com o parecer das assessorias jurídica.

b) Detalhamento dos processos judiciais classificados por probabilidade de perda

Perdas	2021						TOTAL	
	Ações trabalhistas		Tributária		Riscos cíveis		Qtde.	Valor
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor		
Prováveis	208	3.691	20	42.525	17.691	24.983	17.919	71.199
Possíveis	-	-	1	191	3	6.950	4	7.141
TOTAL	208	3.691	21	42.716	17.694	31.933	17.923	78.340
Perdas	2020						TOTAL	
	Ações trabalhistas		Tributária		Riscos cíveis		Qtde.	Valor
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor		
Prováveis	242	3.658	20	42.164	17.521	24.843	17.783	70.665
Possíveis	-	-	2	246	2	6.900	4	7.146
TOTAL	242	3.658	22	42.410	17.523	31.743	17.787	77.811

15 Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Descrição	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
A - Resultado antes do imposto de renda, da contribuição social e dos Juros sobre Capital Próprio	78.908	78.908	(11.246)	(11.246)
Adições	160.975	160.975	208.166	208.166
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	156.361	156.361	201.576	201.576
Provisão para perdas outros valores e bens	-	-	68	68
Provisão para contingências	534	534	-	-
Provisões operacionais	1.247	1.247	2.993	2.993
Outras adições	1.150	1.150	1.527	1.527
Adição Temporária - Insuficiência Depreciação	111	111	-	-
Ágio na Aquisição De Carteiras	1.572	1.572	2.002	2.002
Exclusões	(221.170)	(221.170)	(192.275)	(192.275)
Reversão de provisão para perdas outros valores e bens	(71)	(71)	-	-
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	(60.696)	(60.696)	(14.125)	(14.125)
Realização de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - Lei nº 9.430	(134.766)	(134.766)	(152.699)	(152.699)
Reversão de provisão para contingências	-	-	(6.617)	(6.617)
Participação em controladas	(16.586)	(16.586)	(11.672)	(11.672)
Juros S/ Capital Próprio	(9.051)	(9.051)	(5.808)	(5.808)
Exclusão Temporária - Superveniência Depreciação	-	-	(1.354)	(1.354)
Lucro real antes da compensação	18.713	18.713	4.645	4.645
(-) Compensação de prejuízos fiscais	(2.151)	(2.151)	(1.218)	(1.218)
Lucro real após a compensação	16.562	16.562	3.427	3.427
Total de imposto de renda e contribuição social (i)	(4.093)	(2.555)	(1.342)	(951)
Dedução incentivos fiscais - PAT	83	-	16	-
Alíquotas de 9%, 15% e 20%	(2.485)	(2.555)	(827)	(951)
Adicional 10%	(1.608)	-	(515)	-
Ativo fiscal diferido	(304)	11.550	64.119	48.519

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

Descrição	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo fiscal / Base negativa de CSLL	180.402	180.402	188.940	188.940
Adições temporárias:	727.306	727.306	719.901	719.901
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	692.975	692.975	686.983	686.983
Provisão para perdas outros valores e bens	499	499	528	528
Provisão para contingências	27.362	27.362	27.140	27.140
Ajuste a valor de mercado	287	287	272	272
Demais provisões temporárias	6.183	6.183	4.978	4.978
Total das diferenças temporárias	907.708	907.708	908.841	908.841
Total do crédito tributário	226.927	162.992	227.210	151.427

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Descrição	30/06/2021										
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
%	39,58%	27,06%	22,81%	6,91%	3,06%	0,36%	0,12%	0,06%	0,02%	0,02%	100,00%
IRPJ	90.032	61.964	51.993	14.929	6.642	843	291	142	53	38	226.927
CSLL	64.302	43.552	36.946	12.014	5.274	556	193	94	35	26	162.992

Valor previsto	154.334	105.516	88.939	26.943	11.916	1.399	484	236	88	64	389.919
Valor presente	148.042	97.088	78.499	22.811	9.677	1.090	362	169	61	42	357.841

Em 30 de junho de 2021, os valores presentes desses créditos tributários montam a R\$ 357.841 (R\$ 359.965 em 2020) considerando-se a taxa Selic de 4,25% ao ano.

d) Movimentação dos créditos tributários

Descrição	31/12/2020	Constituição	Realização	30/06/2021
Prejuízo fiscal / Base negativa de CSLL	84.687	258	(3.449)	81.496
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	280.748	71.521	(57.612)	294.657
Provisão para perdas outros valores e bens	211	48	(60)	199
Provisão para contingências	10.891	395	(309)	10.977
Demais provisões temporárias	1.991	1.091	(609)	2.473
(=) Subtotal do crédito tributário	378.528	73.313	(62.039)	389.802
(+) Ajuste a valor de mercado - Outros Resultados Abrangentes	109	822	(814)	117
(=) Total do crédito tributário	378.637	74.135	(62.853)	389.919

e) Obrigação fiscal diferida

Em 30 de junho de 2021 o saldo patrimonial de ajuste de superveniência de depreciação, resultou na provisão para passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 4.477 (R\$ 4.449 em 2020), registrados na rubrica de "Obrigações fiscais diferidas"

16 Transações com partes relacionadas

a) Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

Os gastos com honorários da diretoria em 2021 foram no montante de R\$ 4.400 (R\$ 7.035 em 2020).

A Instituição concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não monetários (assistência médica, vale alimentação e refeição).

A Instituição não concede benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros de longo prazo para os seus empregados.

b) Transações com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas (acionistas, familiares, diretores e sociedades ligadas aos acionistas ou familiares), relativos à captação de recursos constantes nas rubricas de depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e instrumentos de dívida elegíveis a capital totalizam R\$ 432.831 (R\$ 460.180 em 2020), e são remunerados a uma taxa que varia entre 100% a 148% do Certificado de Depósito Bancário - CDI, de acordo com o prazo da aplicação.

17 Patrimônio líquido

a) Capital social

O Capital social é de R\$ 300.000 (R\$ 164.088 em 2019) e estão representadas por 211.672.663 (211.672.663 em 2019) ações, sendo 186.862.543 ON (ordinárias) e 24.810.120 PN (preferenciais), totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

Em 30 de março de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social de R\$ 135.912 correspondente a 211.672.633 (duzentas e onze milhões, seiscentas e setenta e duas mil e seiscentos e trinta e três) ações.

b) Reservas de lucros

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3 do artigo 202 da Lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

Foram deliberados no primeiro semestre de 2021 o montante de R\$ 10.000 (R\$ 2.949 em 2020), aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de maio de 2021.

No primeiro semestre de 2021 foi aprovada em Assembleias Gerais Extraordinárias a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativos ao semestre de 2021, no montante de R\$ 9.051.

Em 07 de fevereiro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício de 2020, calculados entre o período compreendido entre janeiro e fevereiro de 2020, no montante de R\$ 2.934.

Em 03 de março de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício de 2020, calculados durante o período de março de 2020, no montante de R\$ 1.467.

Em 30 de março de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição dos lucros no valor de R\$ 2.949 referentes ao exercício de 2019.

Em 01 de abril de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício de 2020, calculados durante o período de março de 2020, no montante de R\$ 1.406.

Em 03 de setembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício de 2020, calculados durante o período de maio e junho de 2020, no montante de R\$ 2.480.

Em 05 de outubro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício de 2020, calculados durante o período de julho e agosto de 2020, no montante de R\$ 2.744.

Em 04 de novembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício de 2020, calculados durante o período de setembro de 2020, no montante de R\$ 1.318.

Em 04 de dezembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício de 2020, calculados durante o período de outubro e novembro de 2020, no montante de R\$ 2.462.

Em 29 de dezembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício de 2020, calculados durante o período de dezembro de 2020, no montante de R\$ 1.239.

d) Reservas especiais de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

e) Não controlador

A participação de não controladores é representada por 100% do Patrimônio Líquido da Multibens – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros e 8% do Patrimônio Líquido da Pagbem Serviços Financeiros e de Logística Ltda (A participação de 8% na Pagbem aplica-se somente ao ano de 2019, já que houve alienação da participação na empresa no exercício de 2020).

18 Outras receitas operacionais

a) Receitas de prestação de serviços

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
	Valor	Valor
Anuidade cartão de crédito	36.028	24.277
Receita de avaliação e cadastro	19.124	10.117
Comissão sobre compras cartão	32.284	17.174
Intermediação de seguros	17.944	10.988
Serviços de gestão MDR	-	16.252
Outras receitas	6.766	5.667
Total	112.146	84.475

b) Outras receitas operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
	Valor	Valor
Recuperação de encargos e despesas	12.560	7.332
Atualização de impostos à compensar	534	388
Receita De Securitização	6.776	5.211
Outras rendas operacionais	1.065	3.287
Outras rendas de cartão de crédito	14.107	9.088
Total	35.042	25.306

19 Outras despesas operacionais

a) Despesas de pessoal

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
	Valor	Valor
Remuneração	(26.936)	(22.501)

Encargos	(10.235)	(7.266)
Benefícios	(5.824)	(4.891)
Treinamentos	(450)	(364)
Provisão PPR	(7.314)	(1.197)
Total	(50.759)	(36.219)

b) Despesas com serviços de terceiros

	30/06/2021	30/06/2020
Descrição	Valor	Valor
Despesas com comissões ⁽¹⁾	(138.766)	(91.754)
Serviços técnicos especializados ⁽²⁾	(59.953)	(50.694)
Total	(198.719)	(142.448)

⁽¹⁾ referem-se substancialmente a comissões.

⁽²⁾ referem-se substancialmente a gastos com consultoria jurídica e consultoria em gestão de recebíveis.

c) Outras despesas administrativas

	30/06/2021	30/06/2020
Descrição	Valor	Valor
Processamento de dados	(40.930)	(26.420)
Serviços do sistema financeiro	(19.248)	(15.641)
Comunicações	(5.452)	(4.592)
Emolumentos judiciais e cartorários	(6.298)	(2.146)
Promoções e relações públicas	(1.996)	(4.651)
Despesas de aluguéis	(2.303)	(2.809)
Despesa com despachante	(844)	(1.161)
Despesas com alienação	(31.760)	(20.171)
Despesas com atendimento	(5.958)	(8.625)
Despesas com materiais expediente	(3.020)	(2.775)
Outros Serviços de terceiros	(2.229)	(4.535)
Outras despesas administrativas	(4.331)	(7.810)
Total	(124.369)	(101.336)

d) Despesas tributárias

	30/06/2021	30/06/2020
Descrição	Valor	Valor
Despesa com COFINS	(26.218)	(23.628)
Despesa com ISS	(4.713)	(3.216)
Despesa com PIS	(4.260)	(3.924)
Outras despesas tributárias	(54)	(73)
Total	(35.245)	(30.841)

e) Outras despesas operacionais

	30/06/2021	30/06/2020
Descrição	Valor	Valor
Perdas com fraudes	(1.053)	(1.158)
Outras despesas operacionais - cartão de crédito	(8.935)	(6.523)
Custo de aquisição de carteiras	(25.201)	(39.372)
Outras despesas operacionais	(17.517)	(9.776)
Total	(52.706)	(56.829)

20 Indicadores de risco (Basileia) e limites operacionais

a) **Demonstrativo de cálculo de índice de Basileia**

Descrição	2021	2020
Patrimônio de referência (a)	810.853	514.384
Patrimônio de referência nível I	721.077	428.633
Capital Principal – CP	486.872	303.445
Capital Complementar - CC (Instrumentos Híbridos)	234.205	125.188
Patrimônio de referência nível II	89.776	85.751
Letra Financeira Subordinada	89.776	85.751
RWACpad – crédito	286.685	203.817
RWAOpad – operacional	121.708	103.701
RWAMpad - câmbio	25	47
Patrimônio de referência exigido (b)	408.418	307.564
Adicional de Conservação de Capital Principal (c)	82.960	84.417
Margem antes do Rban (a- b - c)	319.476	122.403
Rban - Juros carteira não negociável (d)	6.154	13.381
Margem (a - b - c - d)	313.322	109.022
Ativo ponderado pelo risco (i) (ii) (e)	5.105.220	3.844.553
Índice de Basileia (a/e)	15,88%	13,38%

- (i) A partir de 1º de janeiro de 2019, através da Resolução nº 4.192 e 4.193 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração de 8% do RWA (Risk Weight Asset) com base no Patrimônio de Referência.
- (ii) A partir de 1º de janeiro de 2015, através das Resoluções nº 4.278 e 4.192 do CMN, o cálculo do índice da Basileia aplica-se às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

21 Gerenciamento de riscos

a) Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, Mercado e Crédito.

O Conglomerado Omni, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557/17, possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados, cujas classes principais são: risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez e risco de taxa de juros da carteira bancária.

Complementarmente, o Omni conta também com estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a necessidade de capital para face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios.

- b) Gerenciamento de capital:** o Omni avalia a adequação de seu Patrimônio de Referência (PR) para fazer face aos riscos assumidos em suas operações com base nos modelos padronizados estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. A estrutura responsável pelo gerenciamento de capital do Omni é adequada à complexidade de suas operações.
- c) Risco de mercado:** os instrumentos financeiros do Conglomerado Omni são classificados como carteira de não negociação (carteira bancária). A estrutura dedicada ao controle e monitoramento

do Risco de Mercado atua por meio de normativas, metodologias e limites condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição do Omni.

- d) **Risco de crédito:** o processo de crédito, desde a proposição e captura dos dados cadastrais até o encaminhamento para cobrança, é suportado por sistema integrado proprietário desenvolvido internamente. O monitoramento contínuo da exposição ao risco de crédito ocorre tanto em nível individual quanto em nível agregado de operações com características semelhantes, visando a detecção tempestiva de indícios de deterioração da qualidade da carteira.
- e) **Risco de Liquidez:** o Omni trabalha com níveis de liquidez (“colchão”) para horizontes de curto e longo prazo, e análise constante de sua adequação para fazer face aos descasamentos do fluxo de caixa. O gerenciamento de risco de liquidez é conduzido de forma centralizada para o Conglomerado Prudencial Omni e considera os impactos dos riscos associados às demais empresas controladas por instituições integrantes do Conglomerado.
- f) **Risco Operacional:** a análise qualitativa de riscos é realizada por meio do mapeamento de processos, que consiste em levantar e documentar o fluxo das principais atividades do Conglomerado, de modo a obter os elementos necessários para identificação e análise dos riscos inerentes.

Informações adicionais relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos do Omni estão disponíveis no Relatório de Gestão de Riscos, que poderá ser consultado no site da empresa (www.omni.com.br) no prazo estabelecido pela Circular nº 3.678/13.

22 Outras infirmações

O Governo Brasileiro por meio do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito, captação de recursos, redução de compulsório e aspectos relacionados a capital.

Visando assegurar a continuidade dos negócios, preservar a vida e saúde dos clientes, colaboradores, familiares e dos parceiros comerciais, a Instituição tomou as seguintes medidas:

- Criação de um Comitê de Crise composto pelos membros da Instituição;
- Seguiu as recomendações da OMS e Ministério da Saúde para combate a pandemia;
- Viabilizou o home office para todos os seus colaboradores próprios e terceirizados sem definição de retorno as instalações da Instituição e provendo todo equipamento tecnológico e ergonômico, visando assim manter a alta performance desses, bem como o distanciamento social;
- Aderiu a MP nº 927 e a MP nº 936, que previam principalmente:
 - Flexibilização das férias dos colaboradores;
 - Tele trabalho;

Seguindo orientações do Banco Central, a Instituição implementou política temporária com iniciativas concretas para apoiar seus clientes que sofrem de problemas de liquidez em decorrência da Pandemia. Salienta-se que a Instituição mantém suas atividades sem prejuízo ao desenvolvimento de suas operações, estabelecendo estratégias para manutenção e oferta contínua de soluções financeiras ao mercado.

Por fim, foram adotadas medidas para contenção da COVID-19, bem como acompanhamento e avaliação dos impactos identificados desta pandemia em seus resultados, estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das Demonstrações Financeiras.

23 Eventos subsequentes

Majoração da alíquota da Contribuição Social – Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021

Banco

A Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021 alterou a lei nº 7.689 de 15/12/1988 e a Lei Complementar nº 105 de 10/01/2001 em seu artigo 1º inciso I majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 20 % para 25% para o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 retornando a 20% a partir de 1º de janeiro de 2022.

CFI e Leasing

A Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021 alterou a lei nº 7.689 de 15/12/1988 e a Lei Complementar nº 105 de 10/01/2001 em seu artigo 1º inciso VII majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 15 % para 20% para o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 retornando a 15% a partir de 1º de janeiro de 2022.

Não há outros eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações para as Demonstrações Financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial para o semestre findo em 30 de junho de 2021.

* * *

Diretoria

William Gouveia Lima
Contador CRC 1SP273890/O-0